



Justiça e produtividade

No Ministério da Justiça, a sensação hoje prevalente é a de vivermos num ambiente de realidade virtual (...).

No Ministério da Justiça, a sensação hoje prevalente é a de vivermos num ambiente de realidade virtual, uma técnica de interface que nos faz mergulhar, através de dispositivos não convencionais, num mundo dominado pela imagem.

Esta equipa governativa não chegou ainda a assentar os pés no chão, a meu ver, por duas razões essenciais: a primeira porque tem sido um factor de instabilidade; a segunda porque criou um ambiente de quezílias.

O Ministério é composto por cerca de uma dezena e meia de direcções-gerais ou organismos equiparados. Pois em cerca de um ano que vai decorrido, daquela dezena e meia de dirigentes ou equipas directivas, onze já foram substituídos.

Incompatibilidade com os governantes, fim do mandato, serviços que serão alvo de reestruturação futura, pedido de exoneração 'voluntária', o certo é que foram objecto de 'despacho'. O director-nacional da PJ é mais um, na circunstância o que ocorreu de modo mais insólito.

Todos sabemos, porém, como a mudança do pessoal dirigente acaba por fazer diminuir significativamente a produtividade dos Serviços, salvo casos excepcionais em que o dirigente era a causa. O pessoal dirigente que fica rareia as directrizes porque não sabe quais as novas orientações, amolecendo toda a cadeia hierárquica; o pessoal dos escalões inferiores 'alivia a pressão' porque diminuiu o controlo. Ninguém contabiliza estes efeitos na produção dos organismos.

A outra razão traduz-se no ambiente conflitual com as magistraturas e advogados, entidades em que se concentrou a penitência pelos males da Justiça.

Há dias, no VII Congresso dos Juízes, chamava-se a atenção para a paralisia de muitos

processos por causa deste clima e das medidas “inócuas ou demagógicas”, todas com uma consequência duradoura – “um rotundo decréscimo da produtividade”.

Suponhamos que a disputa entre ministros da Justiça e da Administração Interna, sob a bandeira da economia de recursos e melhor gestão, termina pela junção da PJ à PSP, GNR e SEF, no ministério liderado por um deles.

O enorme trabalho de adaptação e redistribuição de logísticas, competências e compatibilização de estatutos, poderia justificar-se a longo prazo, se a solução fosse inquestionável. Mas não é, e a prova retira-se dos variados modelos europeus.

Interessa claramente um modelo que confira independência às investigações, desde a raiz, sem interferências políticas, mas o que sobretudo importa quanto à PJ é a eficácia na luta contra a criminalidade organizada ou violenta, o terrorismo, os crimes económico-financeiros. O País iria beneficiar com esta eventual transição da PJ, depois do investimento feito ao longo de duas décadas em recursos humanos qualificados cuja capacidade se começa a ver, amalgamando-a no universo policial restante?

Lá teríamos mais uns anos de baixa na produtividade para somar a outras perdas do sistema de Justiça.

Quando terminarão as más notícias para este ministério?

Lourenço Martins, Juiz-Conselheiro do STJ (Jub)